

FACES DA GUERRA

Camila Gonçalves De Mario¹

Resumo: Este artigo desenvolve uma reflexão sobre as características e significados da guerra com base no documentário *Falcão, meninos do tráfico*, de MV Bill e Celso Athayde. Trata-se de uma forma de guerra cujo discurso legitimador está pautado na inevitabilidade, em uma sensação de que não há outro caminho possível e na prevenção de uma provável violência, pior do que a praticada pela guerra. É um discurso que encontra seu espaço na institucionalização do medo, na supressão do sujeito de direito e na perda do humano. É a banalização da vida e da morte em favorecimento de uma razão técnica. Falcão, com base no depoimento de “meninos” envolvidos no tráfico de drogas em uma favela carioca, busca explorar o lado que a sociedade se esforça por manter obscuro, desconhecido, a vida e as razões de quem escolhe, “por falta de opção”, a vida do tráfico ou, como eles dizem, “a firma”.

Palavras-chave: Tanato-política. Tecnologia. Violência.

Faces of war

Abstract: This paper develops a reflection on the characteristics and meanings of war based on the documentary *Falcão, drug traffic boys* by MV Bill and Celso Athayde. It is a kind of war of which speech is related to inevitability, with a feeling that there is no other possible path, and to the prevention of some probable violence, worse than the one brought about by war. It is a speech that finds its space in the institutionalization of fear, in the suppression of the subject of right, and in the loss of the human. It is making life and death banal to favor a technical reason. Falcão, based on “boys’ statements who are involved in the drug dealing in a carioca favela, attempts to explore the face that society makes an effort to keep obscure and unknown, the life and the reasons of the ones who choose “for lack of options” the life in drug dealing, or, as they say, “the firm”.

Keywords: Thanato-politics. Technology. Violence.

INTRODUÇÃO

Hoje, mais do nunca, a violência e a busca de soluções para uma cidade sitiada e imersa no cotidiano de uma guerra impressa em seu desenho, em suas ruas e favorecida por sua geografia têm pautado a grande mídia e se constituído no cerne da preocupação em torno da construção da imagem de um novo Rio de Janeiro, seguro, futuro palco de eventos internacionais, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo.

¹ Mestre em Urbanismo (PUC de Campinas), linha de pesquisa: Gestão Urbana, doutoranda em Ciências Sociais (IFCH – UNICAMP), linha de pesquisa: Transformações sociais e políticas públicas -e-mail: camila.demario@uol.com.br

Está-se assistindo a uma verdadeira limpeza e tomada de território articulada por ações policiais cujo intuito é pacificar e limpar o cenário da guerra que vem causando insegurança e afetando a qualidade de vida no Rio de Janeiro. É como se as razões da insegurança e da guerra fossem apenas territoriais e, portanto, são atribuídas unicamente àqueles que vivem e sobrevivem nesse território. É notório que as favelas, até então ocupadas pela polícia sob as vestes das UPPs – Unidades Pacificadoras – são aquelas que estão nas regiões mais ricas da cidade e próximas dos complexos esportivos.

São diversas e muitas as vozes que se manifestam sobre essa realidade, muito facilmente o pobre, morador dos morros tomados pelo tráfico vem sendo identificado com a violência e, por vezes, responsabilizado por ela, o que facilita a busca de uma solução para o problema: eliminar os responsáveis.

O cinema tem-se ocupado do tema com base em diferentes olhares, mais recentemente não se pode deixar de citar o darwinista *Tropa de Elite 1*, que, sem pudor, prega uma verdadeira limpeza social na qual o que vale é a lei do mais forte, ou o *Tropa de Elite 2*, que busca se redimir do discurso defendido no primeiro filme tentando mostrar os verdadeiros culpados pelo crime e pela violência ao mudar o foco e a cara do inimigo.

Mas também conta-se com documentários de menor alcance midiático e de público que, buscando dar voz àqueles que bem conhecem a realidade do morro, tentam nadar contra a corrente do discurso predominante e propiciar um viés de análise que privilegia o olhar daquele que nesses casos, ao invés de ser criminalizado, é apresentado ao espectador como vítima das circunstâncias.

Nesse viés, foi eleito para a análise aqui proposta o documentário de MV Bill e Celso Athayde, *Falcão, meninos do Tráfico*. MV Bill inicia o filme dizendo que o objetivo do filme é mostrar a vida de pessoas que não fazem parte das estatísticas, que talvez só o farão depois de mortas, mas que o filme não o faz de forma glamourizada, levando o espectador a achar que tudo é belo, ao contrário, sua visão é a do problema, que enquanto tal deve ser mostrado e o recurso escolhido foi o de dar visibilidade à vida e à realidade de pessoas que são simplesmente ignoradas pela sociedade. O próprio MV Bill encerra o filme dizendo que não sabe exatamente qual é o papel desse documentário, que talvez ele seja mais instrumento com base no qual se repensarão as leis e a noção de humanidade para a sociedade brasileira.

O filme dá voz aos meninos que vivem do tráfico. Os diretores buscam relatos, que colados à realidade, deem ao espectador uma medida da vida desses meninos, ao mesmo tempo em que tentam fazer que os meninos entrevistados realizem uma análise de sua vida e do porquê que garante sentido a suas histórias e trajetórias.

Por mais que os diretores busquem se posicionar de maneira isenta perante os entrevistados, estes conduzem suas falas e lembranças de forma a suscitar naquele que os assiste uma série de sentimentos que vão da identi-

cação com os dramas apresentados, ao compadecimento com a situação dos meninos ou, como pretendem MV Bill e Celso Athayde, à reflexão sobre um Brasil solenemente ignorado.

No livro, cujo título é o mesmo do filme, os autores salientam:

Nosso principal objetivo foi mostrar, sem cortes ou edições espetaculares, o lado humano destes jovens. Suas razões, suas angústias, suas loucuras, seus sonhos, suas maldades, afabilidades e contradições. Não pretendemos formar sua opinião sobre o tema. Este livro surge para ajudar você a refletir sobre a juventude que vive em situação de risco. Ele deve ser interpretado da maneira que você puder, da forma como cada um conseguir. (...) A razão deste trabalho é a vida desses jovens e, sem dúvida, as nossas vidas. (ATHAYDE; MVBILL, 2006, p.9).

O retrato da guerra representada por Athayde e MV Bill também se empenha em trazer à tona o papel daquele cujo dever é zelar e garantir a segurança das pessoas, ou seja, de uma polícia que na relação que estabelece com os meninos retratados se mostra mordaz e voraz em relação àqueles que o documentário busca colocar em evidência. O filme simplesmente desmonta a ideia de polícia como agente isento da violência que diz combater.

O intuito deste artigo é analisar o documentário enquanto um instrumento que fornece elementos da realidade essenciais para se refletir sobre a guerra e o uso da violência como recurso que tem pautado o uso da cidade e as relações em sociedade.

Os relatos desses meninos retratados no documentário são subsídio para se refletir sobre os significados da vida, dos direitos e do poder na sociedade, ao mesmo tempo em que lembram que há uma realidade que precisa ser combatida, mas, com certeza, não por meio da substituição de comando – o do tráfico pelo comando da polícia, que trata os moradores dos morros até então “pacificados” com o mesmo viés criminalizador que pautava as ações policiais anteriores ao projeto da pacificação – e da limpeza territorial implícitos da proposta de abordagem das UPPs.

VIDA POLITICAMENTE IRRELEVANTE

Agamben (2004) destaca que a politização da vida nua se tornou o evento decisivo da modernidade, que marca fundamental distinção das categorias político-filosóficas do pensamento clássico. O autor recorda que na filosofia grega havia uma distinção entre a vida natural (zoé) e a vida que indicava uma maneira própria de viver de um indivíduo ou grupo(bios); vida política, essa, que se definia na pólis. É com base nessa distinção que na política ocidental, a vida natural, matável e (in)sacrificável do *homo sacer* (que Agamben define por vida nua) tem o singular privilégio de ser aquilo sobre cuja exclusão se funda a cidade dos homens.

Retomando o pensamento de Foucault sobre a biopolítica, que se caracteriza pela crescente inclusão da vida natural nos mecanismos e nos cálculos do poder estatal e de Hannah Arendt, em a *Condição Humana*, sobre o processo que leva o *homo laborans* e a vida biológica a ocuparem o centro da vida política no mundo moderno, um primado da vida natural sobre a ação política, Agamben propõe uma atualização dessas visões, para ele, fundamental para a compreensão da democracia moderna:

A tese foucaultiana deverá, então, ser corrigida ou, pelo menos, integrada, no sentido de que aquilo que caracteriza a política moderna não é tanto a inclusão da *zoé* na *pólis* (...) decisivo é, sobretudo, o fato de que, lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da vida nua, situado originariamente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato, entram em uma zona de irreduzível indistinção. O estado de exceção no qual a vida nua era, ao mesmo tempo, excluída e capturada pelo ordenamento, constituía, na verdade, em seu apartamento, o fundamento oculto sobre o qual repousava o inteiro sistema político; quando as suas fronteiras se esfumam e se indeterminam, a vida nua que o habitava libera-se na cidade e torna-se simultaneamente o sujeito e o objeto do ordenamento político e de seus conflitos, o ponto comum tanto da organização do poder estatal quanto da emancipação dele. (AGAMBEN, 2004, p.16).

E é com a declaração dos direitos do homem de 1789 que a vida natural (nua) entra em primeiro plano na estrutura do Estado. Para o filósofo, essa declaração pode ser vista como o local da passagem da soberania régia de origem divina para a soberania nacional. O súdito se transforma em cidadão porque é por meio da declaração que a vida natural, enquanto tal, se torna o portador da soberania, não podendo haver resíduo algum entre nascimento e nação. Para Agamben:

Não é possível compreender o desenvolvimento e a vocação nacional e biopolítica do estado moderno nos séculos XIX e XX, se esquecermos que em seu fundamento não está o homem como sujeito político livre e consciente, mas, antes de tudo, a sua vida nua, o simples nascimento. (2004, p.135).

Solo e sangue adquirem nova importância com a Revolução Francesa, não mais representam o nascimento em determinado território e o nascimento oriundo de genitores cidadãos como no direito romano; mas, sim, nomeia o novo estatuto da vida como origem e fundamento da soberania e literalmente identifica quem são os membros do soberano.

Surge, então, um problema político: o que é o francês? Vem daí o esforço para a definição de disposições normativas visando a identificar que homem é ou não cidadão e articular e restringir os círculos de solo e sangue, permitindo, também, a distinção entre direitos passivos (naturais e civis) e ativos (políticos), podendo todos os habitantes de um país poderiam gozar dos direitos de cidadão passivo, mas nem todos são cidadãos ativos. A ques-

tão sobre quem é ou não cidadão é submetida, então, a uma constante redefinição, até que, com o nacional socialismo alemão, a pergunta quem é ou não cidadão coincide, imediatamente, com a função política suprema.

Assim, há para o autor nessas distinções um significado biopolítico: ele lembra que é característica da biopolítica moderna redefinir continuamente na vida o limiar que articula e separa aquilo que está dentro daquilo do que está fora e que a penetração da vida natural na cidade transformou-se em uma linha em movimento que precisa ser constantemente redesenhada.

É a partir da Primeira Guerra Mundial que o nexo nascimento-nação não consegue mais desempenhar sua função legitimadora. Como consequência da perda desse nexo, os Estados-nação passam a reinvestir maciçamente na vida natural e, os direitos do homem, separam-se progressivamente dos direitos do cidadão e passam a ser usados fora deste contexto.

O homem vira objeto da ação humanitária, pois a vida humana é compreendida como vida nua, matável e (in)sacrificável, por isso, objeto de ajuda. “O humanitário separado do político não pode senão reproduzir o isolamento da vida sacra sobre o qual se baseia a soberania, e o campo, isto é, o espaço puro da exceção é o paradigma biopolítico para o qual ele não consegue encontrar solução.” (AGAMBEN, 2004, p. 140).

A questão é que, quando a vida natural for completamente incluída na pólis, os limiares que definiam a vida política se deslocarão das sombrias fronteiras que separam vida e morte para identificarem um novo morto vivente. O que já acontece hoje.

O conceito da “vida indigna de ser vivida” nazista foi o que permitiu uma decisão soberana sobre a vida nua – matável –, ou seja, a decisão pela tanato política, com base em um entendimento de que quando a vida deixa de ser politicamente relevante pode ser impunemente eliminada.

O ACIDENTE É PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS A REVELAÇÃO DA IDENTIDADE DO OBJETO

Está-se diante de uma aceleração tecnológica que nos parece inevitável, e como tal, sua legitimidade e consequências não são colocadas em questão. Virilio (1983) afirma que agora é-se obrigado a estender a questão da tecnologia ao acidente produzido, pois ao contrário do entendimento que se tinha na filosofia clássica aristotélica, onde a substância era necessária e o acidente relativo, contingente, o que se tem é uma inversão: o acidente tornou-se necessário e a substância relativa. Afirma que, ao se querer continuar com a tecnologia, precisa-se pensar instantaneamente a substância e o acidente, sendo a substância tanto o objeto quanto o acidente.

O acidente tecnológico deveria, assim, ser revelado como um produto a ser questionado epistemo-tecnicamente, revelando a identidade do objeto em questão.

Muitos dos acidentes têm como consequência direta a morte, entretanto, será que a morte poderia ser considerada acidental quando se pensa nas consequências causadas pelas armas de fogo? Ou será que, nesse caso, o acidente está no fato de estas armas terem chegado a, e serem usadas por mãos que, a princípio, não o deveriam fazer, causando muitas vezes “acidentes” sem proporções?

Outra consequência dessa aceleração tecnológica é a perda do humano, para a qual Santos (2003) chama a atenção. O autor salienta que, desde que o desenvolvimento da racionalidade econômica se confundiu com o desenvolvimento da racionalidade tecnocientífica, é como se a evolução e o sentido dessas racionalidades tivessem se tornado um só movimento recusando qualquer ideia de limite para o capital e para o progresso tecnocientífico.

Citando o filósofo japonês Kodama, Santos (2003) assinala que, como consequência desse movimento ocorre, por um lado, uma mudança do paradigma tecnológico, com uma *aceleração da aceleração tecnológica*, processo que pode ser caracterizado pela constante antecipação do futuro na qual as empresas começam a se lançar, e, por outro lado, acompanhando o pensamento de outro filósofo, Keiji Nishitani, o autor convida a refletir sobre a mecanização da vida e a transformação do homem em um sujeito não-racional.

Como aponta Santos (2003), Nishitani afirma que nos seres vivos as leis da natureza são leis vividas, assim, o instinto, seria a apropriação direta dessas leis. A tecnologia, por sua vez, implica um processo de abstração dessas leis desdobrado em um processo de concretização e, nesse caso, a lei da natureza se manifesta como lei por meio da tecnologia do homem e, quanto maior o poder de uso das leis da natureza, menor é a sujeição do homem a elas. Mas, está-se vivendo uma inversão desse processo, no qual o homem está sendo cada vez mais o controlado.

Quando as leis da natureza assumem o máximo controle sobre os seres e os seres assumem o máximo controle sobre as leis, rompe-se a barreira entre a humanidade do homem e a naturalidade da natureza, instaurando-se uma profunda perversão, uma inversão da relação mais elementar na qual o homem assumiria o controle das leis da natureza por meio do controle que essas mesmas leis forjaram sobre a vida e o trabalho do homem; agora as leis da natureza assumem o controle através do processo de mecanização do homem. A essa inversão, corresponde outra, relativa a vigência das leis da natureza sobre o homem. Pois o máximo de racionalidade científica e o máximo de natureza desnaturalizada levam o homem a comportar-se como se existisse inteiramente fora das leis da natureza (...) instaurando um modo de ser que se ancora no niilismo. (SANTOS, 2003, p.236).

Paradoxalmente, essa libertação das leis da natureza e a racionalização da vida levam o homem a se submeter às máquinas, que são resultado da incorporação e apropriação dessas mesmas leis.

Mas a incessante busca de superação tecnológica, em que a antecipação do futuro se torna chave obrigatória, acontece de maneira não-racional, pré-reflexiva, nem por isso instintiva, como assinala Nishitani; é um progresso que caminha em sentido oposto ao progresso da moralidade da conduta humana.

É a perda do humano com a mecanização da vida. Essa perda do humano implica também uma crise do sujeito de direito, pois faltam ao direito parâmetros para as situações criadas pelo progresso. A tecnociência é a ausência de limites, a exacerbação do poder do indivíduo e a falta de reconhecimento do outro como uma fronteira que impõe limites, o que pode caminhar em direção ao fim do próprio direito.

Poder-se-ia considerar a perda do humano e suas conseqüências, sob a capa do discurso da inevitabilidade, o grande acidente, “necessário”, do progresso tecnológico?

2.1 DROMOCRACIA: UM CORTE SOCIAL

Virilio, em *Velocidade e Política*, fala sobre a dromocracia de uma sociedade fundada na lógica da corrida, para a qual a referência absoluta é a velocidade, lógica que se explicita em uma concepção teórica capaz de articular velocidade e política.

Nessa velocidade, vetor da guerra e do progresso tecnológico, como colocado acima, a manutenção de um monopólio exige que uma nova máquina seja rapidamente contraposta a outra nova máquina mais rápida, tornando o produto novo em obsoleto antes que a indústria explore todo o seu potencial, pois o lucro está no novo, mais novo, e na rápida superação do “agora” obsoleto, é a constante antecipação do futuro.

Porém, como consequência do progresso de tipo dromológico, para Virilio, a sociedade deixa de ser plural:

Para cair na situação de fato, ela tenderá a se cindir exclusivamente em povos esperançosos (a quem é permitido esperar pelo amanhã, pelo futuro: a velocidade que eles capitalizam dando-lhes acesso ao possível, isto é, ao projeto, à decisão, ao infinito – a velocidade é a esperança do Ocidente). E povos desesperançosos, imobilizados pela inferioridade de seus veículos técnicos, vivendo e subsistindo num mundo finito. (VIRILIO, 1996, p.57).

A velocidade com a qual os deslocamentos ocorrem, espaciais e temporais – são os temporais que realmente importam – transforma-se em um poder que se sobrepõe ao da lógica da riqueza. A imobilidade, seja espacial – povos condenados às periferias das cidades, ao espaço da fábrica como alternativa de trabalho –, seja temporal – de não poder acompanhar o desenvolvimento tecnocientífico nem como produtor nem como seu consumidor –, fixa essas pessoas em um espaço limitado, cujas alternativas são definidas por quem está fora dele.

FALCÃO – A MÁQUINA DE VISÃO

Não se ver forçado a um combate desesperado mas provocar no adversário um desespero prolongado, infligir-lhe contínuos sofrimentos morais e materiais que o enfraqueçam e destruam; a estratégia indireta pode desesperar um povo sem derramamento de sangue. Como diz o adágio: o medo é o mais cruel dos assassinos; ele não mata jamais, mas vos impede de viver. (VIRILIO, 1996, p.51).

Falcão é o olho noturno da favela carioca, aquele que vigia a favela para avisar sobre a aproximação do inimigo, olho – humano – que não pode, sob hipótese alguma, falhar, a máquina de visão de uma guerra que se baseia nos imperativos da vida nua. O documentário, *Falcão, meninos do tráfico* mostra um lado da vida, cujo esforço é manter oculto e, assim, despercebido e incompreendido.

Com base no depoimento dos garotos, todos menores de idade, pode-se apreender o funcionamento da “firma” (do tráfico), sua hierarquia, suas regras e punições (a morte é imputada a quem falha). Mas, também, a percepção, o entendimento que esses garotos têm desse mundo particular e da sociedade que os rodeia.

São destacados para a reflexão neste artigo alguns pontos do documentário: o relacionamento com a polícia, o poder das armas, um relacionamento homem-máquina que confere status e segurança, a vida sem significado e sem futuro, na qual somente a morte a qualquer momento se delineia como perspectiva, destino inevitável.

A polícia

É consenso, nos termos usados por esses garotos: *os policiais são safados*. Primeiro, o envolvimento com a “firma” é um trabalho, como outro qualquer, entra no morro e compra a droga quem quer, se ela faz mal ou não, isso é problema de quem usa: há, portanto, somente uma relação de compra e venda. A droga chega à favela por contrabando vindo de fora (do exterior), como eles dizem, então a firma só embala e vende.

Por trás da capa do trabalho vem a pergunta: por que eles (os policiais) não nos deixam trabalhar? Nós fazemos nosso trabalho e eles, o deles. Mas, para que isso aconteça é preciso “arregar” (subornar).

Suborno que é feito em dinheiro, com armas, drogas, com o que for aceito. Perguntado sobre a polícia, um dos meninos respondeu: “Se acabar o crime, acaba a polícia. Porque quem dá dinheiro pros polícias somos nós. Não é o tráfico de drogas? Se não fosse o tráfico hoje, os policiais só ia tirar o salário deles. Eles tiram o salário deles, mas tiram o dinheiro da propina de nós. Eles tira mais do que o necessário do salário deles... Então, o tráfico de drogas não vai acabar tão cedo”.

Perguntados sobre a face amiga do policial que lhes permite trabalhar mediante “arrego”, rapidamente esclarecem que não são amigos, não, e que

é preciso sempre vê-los antes, visão que define quem morre e quem vive. Guerra, para os meninos, por uma sobrevivência sem sentido, mas, que é resultado direto da ação de um governo que não olha para eles: “Nós não vive na sociedade, nós mora no morro, tá entendendo? Tipo, nós não é nada. É o seguinte irmão. Tô aqui pra tudo, o que der e vier.”

A guerra, como lembra Virilio (2005), opera na homogeneidade antagonista do desejo de morte dos adversários, perversão do direito de viver em direito de morrer; o autor também acrescenta que é o terrorismo, hoje, que lembra que ela é um sintoma delirante que funciona na meia-luz do transe, da droga e do sangue. O policial e o traficante (menino ou não) aqui são apenas vítimas e algozes, ganha quem tiver melhor percepção do campo (o morro), por isso o “falcão e o fogueteiro” são tão importantes para a “firma”, já que o que é percebido está perdido.

Percepção que, diferentemente da percepção da máquina de visão, que se caracteriza por ser uma “visão ser olhar”, da qual nos fala Virilio (2005), é feita por um olho que é humano e que não pode refletir sobre o significado da vida e da morte no momento da decisão do tiro, por isso faz da arma extensão de seu corpo e, também, seu - único e privilegiado - instrumento de percepção.

Um dos meninos, quando questionado sobre em quem ele confiava, respondeu sem titubear: “Na minha mãe e nesse cospe tiro que está aqui na minha mão”.

A arma

Objeto inseparável, ela é extensão do corpo, sua segurança, seu poder, seu olho.

Já que, desde sua origem, o campo de batalha é um campo de percepção, a máquina de guerra é para o polemárcio um instrumento de representação, comparável ao pincel e à palheta do pintor. É conhecida a importância da representação pictórica nas seitas militares orientais, em que a mão do guerreiro passava facilmente do manejo do pincel à arma branca, assim como, tempos depois, a mão do piloto disparava uma câmara ao acionar uma arma. Para o homem de guerra a função da arma é a função do olho. (VIRILIO, 2005, p.48-49).

É respeitado aquele que a tem e é objeto de sedução, também. É unanimidade entre os entrevistados no documentário que, enquanto as mulheres do asfalto querem um homem que tenha moto e/ou carro, as mulheres do morro, as bonitas, querem aquele que tem a arma, que fascina e torna o menino desejado; quem não tem uma arma só consegue como eles dizem: mulher *caidinha*.

Objeto que fascina e seduz meninos e meninas como meio de se destacar e se impor, de ser alguém, pelo menos por um instante.

A vida

Aqui nós vive a realidade, onde a bala come e a lei é a do cão.

A “vida na firma” é percebida como inevitável, é o único caminho que eles têm. É comum argumentarem que a passagem pelo tráfico é temporária, que depois que fizerem dezoito anos vão mudar de vida, tentar achar outro trabalho, mas que, no momento, é o único meio de ajudar a “fortalecer a coroa (mãe) e a família”.

Veem-se como vítimas que não tiveram a possibilidade de estudar, que não tiveram carinho de pai, apoio familiar, nem da sociedade nem do governo. Chegam a afirmar que estão justamente onde o governo quer que eles estejam: “Pra nós trabalho é difícil. Tu tá ligado que eles discrimina nós à vera (de verdade) mesmo. Então, nosso único recurso é recorrer a isso aí, à boca de fumo, tá ligado?”.

Vida, cujo destino é corrido, que, como definem, não permite olhar para trás, só para frente e tentar achar uma “batalha” (trabalho) para sobreviver. Os sentidos e sentimentos são entorpecidos pela droga e a morte não tem nenhum significado para uma vida sem valor: “Eu não fico triste com nada... tô sempre se drogando. Sou ladrão. Eu roubo porque ninguém me dá nada... Se eu morrer, nasce outro que nem eu, ou pior ou melhor. Se eu morrer eu vou descansar. É muito esculacho nessa vida.”

Uma das cenas mais marcantes do documentário é o momento em que crianças estão brincando de serem traficantes. Na brincadeira, elas utilizam armas de brinquedo, semelhantes às utilizadas pela “firma”; usam as mesmas gírias e termos que identificam a posição de cada um na hierarquia da firma; simulam a venda das drogas, o suborno aos policiais e o assassinato de um X-9, aquele que “cagueta”, transmite informações aos policiais sobre o tráfico.

Simultaneamente ao momento em que, de brincadeira, as crianças assassinavam um X-9, a “firma” matava um X-9 de verdade, a poucos metros do local onde estavam as crianças e estas, ao ouvirem os tiros, correram gritando: *é nois, é nois!*

A brincadeira é uma maquinação do mundo adulto, é um preparo para a vida futura. A perspectiva e o exemplo daquelas crianças é o modo de ser do tráfico, naturalizado nas ruas do morro; ali, meninas compravam droga e eram usadas para contatos com a polícia, enquanto meninos aprendiam a matar e banalizar a vida.

A OPÇÃO PELA TANATO -POLÍTICA

As cenas de Falcão são cenas de uma guerra urbana que evidenciam as consequências das opções (a)políticas feitas. Nelas, percebe-se o verdadeiro significado da vida nua e da mecanização do homem.

O primado da vida nua, somado ao processo de aceleração tecnológica, decretou à morte o homem cidadão, portador de direitos e, por isso, tais direitos hoje perdem seu sentido. Os meninos do documentário nada são além de uma vida matável e sem destino.

Estão em uma perpétua guerra contra a sociedade que os rodeia e que os colocou em tal posição e contra uma polícia, que simplesmente os mata porque eles não são relevantes, são dispensáveis face ao progresso tecnocientífico. Mais, foram convencidos de que não há outra saída, que não têm outra opção, pois “a vida e a morte no morro” é o que lhes foi destinado.

É na falta de reconhecimento de limites e na falta de reconhecimento do outro enquanto um limite que o homem mecanizado, não-racional, em sua incessante busca pelo aperfeiçoamento da máquina, sem se questionar moralmente, estabelece quem terá ou não acesso ao mundo da velocidade.

O predomínio da vida natural na pólis, como mostra Agamben (2004), faz se esvaírem as fronteiras entre o homem matável e o político, transformando a figura do cidadão em algo que não tem correspondência com a realidade, já que a regra agora é uma busca sem limites e cujas consequências e acidentes são entendidos como necessários, inevitáveis.

Essa falta de fronteiras e limites está manifesta no entendimento que os meninos têm sobre o tráfico como um trabalho qualquer, não há nenhum questionamento ou reflexão sobre o seu significado. Assim como, diante do lucro e da ilimitada busca de superação tecnocientífica, a ciência, também, não se questiona sobre as consequências de suas “descobertas” e das “tecnologias” que desenvolve.

Desde as armas de fogo, o armamento químico até as formas de tecnologia que hoje são utilizadas pela sociedade de controle, a questão, para aquele que, de alguma forma, participa de seu processo de produção e venda, está em não se envolver com o que será feito depois e não formular nenhum julgamento moral. Foi o que permitiu o desenvolvimento do napalm utilizado no Vietnã ou o trabalho nos campos de concentração nazista, trabalho como outro qualquer, uma linha de produção, que incinerava pessoas, mas isso não estava em questão, aliás, era plenamente justificável, pois se tratava de vidas sem valor.

O mesmo mecanismo alimenta o raciocínio dos meninos que dizem que o problema é de quem usa a droga, ele está só vendendo, compra quem quer, ninguém força ninguém a comprar; e alimenta, também, a política da morte adotada pela polícia que simplesmente pratica uma limpeza social. É um mecanismo que permite declarações como as do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, que chegou a defender a legalização do aborto como forma de diminuir o número de pobres nas favelas, o que teria efeitos sobre a criminalidade.

Nesse processo resta então o homem matável, que se divide entre os esperançosos e os desesperançosos, ou seja, entre mobilidade e imobilidade. Há um confinamento daqueles cuja vida não tem valor, na imobilidade apontada por Virílio: imobilidade espacial, delimitada nas fronteiras entre morro e cidade, que os retira das ruas e dos olhos do cidadão (aquele que tem a possibilidade de acompanhar a lógica da velocidade), e imobilidade temporal que os desconecta do amanhã, não há espera por um futuro possível, o avanço tecnológico é para eles uma realidade tão distante quanto fictícia.

No dia 2 de dezembro de 2007, o jornal Folha de São Paulo publicou, no caderno Cotidiano, uma matéria sobre os índices de assassinato na cidade de São Paulo, entre os anos de 2003 e 2007. O distrito com maior número: Grajaú; o menor: Moema. As diferenças entre um distrito e outro, obviamente, são brutais, mas o Grajaú, de São Paulo, que mata seus moradores - são 130 mortos no Grajaú para cada um em Moema - guarda muitas semelhanças com a favela carioca mostrada pelo documentário.

A imobilidade é o cotidiano dessas pessoas, o jornal entrevistou adolescentes moradores do Grajaú, que relataram nunca terem ido ao cinema, não terem nenhum contato com a internet, não conhecerem a avenida Paulista, um deles diz: *fico triste por não conhecer esses lugares*; por outro lado, a maioria tinha uma história para contar, sobre o assassinato de um vizinho, colega, irmão... ou sobre o corpo, morto, na rua, em frente de sua casa.

Em Falcão, um dos garotos fala sobre seu grande sonho, ser palhaço. Mas ele mesmo não conhecia, nunca tinha ido ao circo, explicou que sua mãe prometera levá-lo, mas que morreu antes de cumprir sua promessa.

Neste mundo, finito, mas imerso em uma velocidade que não consegue acompanhar, o que passa a importar cada vez mais é o presente e, como a morte é a única certeza, tudo é válido para garantir o instante, um momento de prazer, que, seguindo os depoimentos dos meninos em Falcão, será garantido seja pelo dinheiro ganho na firma, seja pelo torpor da droga ou pela menina bonita que conseguiram conquistar por meio do poder da arma.

É um momento de superação, que não dura muito e, por isso, *a vida é corrida*. Mas essa é, também, a lógica que predomina na sociedade dromológica, na qual a realização de hoje, amanhã, já não tem mais graça e, então, precisa-se de um novo mais novo ainda, como apontado por Virílio.

Existem, também, imagens construídas pela noção de inevitabilidade, cunhadas pelo neoliberalismo, que justificam o status de vida sem valor e o lugar que é reservado para as vidas sem valor, na sociedade. Imagens que estão relacionadas, por um lado, com a responsabilização do indivíduo pelos seus sucessos ou insucessos e, por outro, com a insegurança em que se encontram aqueles que honestamente tentam se inserir, ou permanecer inseridos, no movimento do progresso tecnológico.

Quando o acesso à vida digna é desligado do universo dos direitos e passa a ser uma conquista pessoal no mercado, torna-se uma questão de competência estar atualizado e acompanhar o movimento de aceleração e superação no qual se transformou a vida, já que o homem está agora submetido a máquina; aqueles que não têm competência para tal tornam-se uma constante ameaça: seja por uma tentativa de inserção nesse movimento, o que faz que alguém que está nele perca seu lugar, seja sob a forma da violência que se expressa na ação dessas pessoas.

Portanto, se há uma ameaça constante de uma orla de incompetentes e sem relevância política, a morte se justifica como meio de evitar algo que muito provavelmente eles viriam a fazer, justifica-se, assim, o controle sobre aquele que é suspeito de “poder vir a cometer algum delito” e a guerra preventiva, que protegerá todos das ameaças dos incompetentes.

Mas, tais vidas são relevantes, enquanto exemplo de fracasso individual e como corpos a serem explorados para a manutenção do poder daqueles que fazem parte da categoria de povos esperançosos. São úteis como objeto da caridade que redime moralmente o homem; úteis no movimento do mundo ilícito, que faz outros lucrarem e manterem seu poder; úteis para o desmonte do mundo do trabalho e dos direitos do cidadão.

Pergunta-se: o envolvimento com o mundo do crime, no caso do documentário citado, o tráfico de drogas e a transformação em bandido e assassino são transgressões que devem ser punidas? Sim, o problema está na falta de questionamento: quem de fato o tráfico favorece? Quantos envolvidos não aparecem como tal, continuam lucrando e permanecem na impunidade? Que punição é essa que está sendo praticada pela sociedade?

A opção tácita pela tanato-política não aparece somente na ação da polícia, que, ao mesmo tempo em que é parasitária do tráfico, promove uma limpeza social. A opção por condenar à morte, seja física, seja a morte de uma vida sem valor, já se revela no lugar finito que lhes é reservado e na inevitabilidade de uma existência sem sentido.

Em um mundo finito, em que a vida é politicamente irrelevante e matável, o poder está na velocidade, mas na velocidade do olho e do projétil.

Com o predomínio da vida nua na pólis, a mecanização do homem, a dromologia e a ausência de limites, perdermos o que havia de mais importante, a capacidade de reflexão, portanto, da crítica. São inúmeros os exemplos de suas consequência e, que de fato, o progresso tecnocientífico caminha em sentido oposto ao desenvolvimento da moralidade, o problema, está em conseguirmos nos destacar desta velocidade, para compreendê-la e encontrar espaços de fuga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ATHAYDE, C; MV BILL. Falcão meninos do tráfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Tecnologia, perda do humano e crise do sujeito de direito. In: *Politizar as novas tecnologias*: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Ed. 34, 2003.

VIRILIO, Paul. *Guerra e cinema*: logística da percepção. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. *Guerra pura*. A militarização do cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1983.